

Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

PROCESSOS EM PAUTA DE JULGAMENTO – SESSÃO PLENÁRIA POR VIDEOCONFERÊNCIA SESSÃO ORDINÁRIA N° 8934 de 23 de SETEMBRO de 2021, às 09h

- ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ANTERIOR n° 8933, REFERENTE AO DIA 21/09/2021
- JULGAMENTO DE PROCESSOS:

1. RECURSO ELEITORAL Nº 0600464-20.2020.6.11.0014

Participação do Presidente: Art. 19, II c/c 65, § 3º do RI PROCEDENCIA: São Pedro da Cipa - MATO GROSSO

OBJETO: RECURSO ELEITORAL - REPRESENTAÇÃO ELEITORAL - CONDUTA VEDADA AO AGENTE

PÚBLICO - CARGO - PREFEITO - VICE-PREFEITO - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

RECORRENTE: COLIGAÇÃO "É HORA DE AVANÇAR"

ADVOGADO: MARCIO ANTONIO GARCIA - OAB/MT0012104

RECORRIDO: ALEXANDRE RUSSI

ADVOGADO: EDMILSON VASCONCELOS DE MORAES - OAB/MT0008548

RECORRIDO: EDUARDO JOSE DA SILVA ABREU

ADVOGADO: EDMILSON VASCONCELOS DE MORAES - OAB/MT0008548

RECORRIDA: RAFAELE DA SILVA OLIVEIRA

ADVOGADA: RANIELE SOUZA MACIEL - OAB/MT0023424

ADVOGADO: EDMILSON VASCONCELOS DE MORAES - OAB/MT0008548

RECORRIDO: PAULO CEZAR MOREIRA DE SOUZA

ADVOGADA: RANIELE SOUZA MACIEL - OAB/MT0023424

ADVOGADO: EDMILSON VASCONCELOS DE MORAES - OAB/MT0008548

PARECER: pelo não provimento do recurso

RELATORA: Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

1° Vogal - Doutor Bruno D'Oliveira Marques

2° Vogal - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho

3° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

4° Vogal - Doutora Clara da Mota Santos Pimenta Alves

5° Vogal - Doutor Armando Biancardini Candia

6° Vogal - Desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha

1

2. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL nº 0600204-82.2020.6.11.0000

PROCEDENCIA: Cuiabá - MATO GROSSO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – PARTIDO POLÍTICO - EXERCÍCIO FINANCEIRO - ANO 2019

REQUERENTE: SD - SOLIDARIEDADE - COMISSÃO PROVISÓRIA ESTADUAL DO SOLIDARIEDADE

ADVOGADO: HELIO ANTUNES BRANDAO NETO - OAB/MT0009490 ADVOGADA: TULIANE PATRICE FRANCHI BARROS - OAB/MT-14517

REQUERENTE: JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAUJO

ADVOGADO: HELIO ANTUNES BRANDAO NETO - OAB/MT0009490 ADVOGADA: TULIANE PATRICE FRANCHI BARROS - OAB/MT-14517

REQUERENTE: MAURO ANDRADE OLIVEIRA

ADVOGADO: HELIO ANTUNES BRANDAO NETO - OAB/MT0009490 ADVOGADO: TULIANE PATRICE FRANCHI BARROS - OAB/MT-14517

REQUERENTE: MARCO AURELIO RIBEIRO COELHO JUNIOR

ADVOGADO: HELIO ANTUNES BRANDAO NETO - OAB/MT0009490 ADVOGADA: TULIANE PATRICE FRANCHI BARROS - OAB/MT-14517

PARECER: pelo acolhimento da preliminar de preclusão para juntada de novos documentos e, no mérito,

pela desaprovação das contas

RELATORA: Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

Preliminar: preclusão para juntada de novos documentos e esclarecimentos

1° Vogal - Doutor Bruno D'Oliveira Marques

2° Vogal - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho

3° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

4° Vogal - Doutora Clara da Mota Santos Pimenta Alves

5° Vogal - Doutor Armando Biancardini Candia

Mérito

1° Vogal - Doutor Bruno D'Oliveira Marques

2° Vogal - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho

3° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

4° Vogal - Doutora Clara da Mota Santos Pimenta Alves

5° Vogal - Doutor Armando Biancardini Candia

3. RECURSO ELEITORAL n° 0600734-18.2020.6.11.0055

PROCEDENCIA: Cuiabá - MATO GROSSO

OBJETO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - CARGO - VEREADOR - ELEIÇÕES

MUNICIPAIS DE 2020

RECORRENTE: EDLEUSA AFONSO DE MESQUITA FILGUEIRAS ADVOGADA: RANIELE SOUZA MACIEL - OAB/MT0023424

ADVOGADO: EDMILSON VASCONCELOS DE MORAES - OAB/MT0008548

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

PARECER: pela rejeição da preliminar suscitada. No mérito, pelo provimento do recurso

RELATOR: Dr. Gilberto Lopes Bussiki

Preliminar: nulidade da sentença

1° Vogal - Doutora Clara da Mota Santos Pimenta Alves

2° Vogal - Doutor Armando Biancardini Candia

3° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

4° Vogal - Doutor Bruno D'Oliveira Marques

Mérito

1° Vogal - Doutora Clara da Mota Santos Pimenta Alves

2° Vogal - Doutor Armando Biancardini Candia

3° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

4° Vogal - Doutor Bruno D'Oliveira Marques

Impedimento: Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho

RELATÓRIO

Trata-se de **recurso eleitoral** (ID 16862272) interposto por EDLEUSA AFONSO DE MESQUITA FILGUEIRAS, candidata ao cargo de vereadora no município de Cuiabá/MT, em desfavor da sentença (ID 16862022) que julgou aprovada com ressalvas a sua **prestação de contas de campanha** referente **às Eleições 2020** e determinou a devolução de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) ao Tesouro Nacional.

Em **preliminar**, a **recorrente aduz** que a sentença é nula em razão de deficiência na fundamentação e, no **mérito**, afirma que a despesa que ensejou a determinação de devolução de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) ao Tesouro Nacional está comprovada nos autos, devendo a sentença ser retificada com relação à sanção de restituição imposta à candidata.

Por fim, requer a aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Em **contrarrazões** (ID 16862572) o Ministério Público Eleitoral requerer o provimento do recurso, com o consequente afastamento da determinação de devolução de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) ao Tesouro Nacional.

Por meio da decisão ID 16862622 a decisão foi mantida.

Em parecer, a Douta **Procuradoria Regional Eleitoral** manifesta-se pelo afastamento da preliminar e, no mérito, pelo provimento do recurso (ID 18084543).

É o relatório.

4. RECURSO ELEITORAL n° 0600182-77.2020.6.11.0047

PROCEDENCIA: Poxoréu - MATO GROSSO

OBJETO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - CARGO - VEREADOR - ELEIÇÕES

MUNICIPAIS DE 2020

RECORRENTE: RAUDINEI BRANDAO DIONISIO

ADVOGADO: MARCOS PAULO SANTOS DA SILVA - OAB/MT0009565

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

PARECER: pelo não provimento do recurso

RELATOR: Dr. Gilberto Lopes Bussiki

1° Vogal - Doutora Clara da Mota Santos Pimenta Alves

2° Vogal - Doutor Armando Biancardini Candia

3° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

4° Vogal - Doutor Bruno D'Oliveira Marques

5° Vogal - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho

RELATÓRIO

Trata-se de **recurso eleitoral** (ID 17681372) interposto por RAUDINEI BRANDAO DIONISIO, candidato ao cargo de vereador no município de Poxoréu/MT, em desfavor da r. sentença (ID 17681022) que julgou desaprovadas as **contas de campanha** do recorrente, referente às **Eleições 2020**, e determinou, na forma do art. 79, §1°, da Resolução TSE n° 23.607/2019, o recolhimento ao Tesouro Nacional da quantia de R\$ 241,24 (duzentos e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos), em razão da não comprovação das despesas com combustível efetuadas com recursos provenientes do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).

Em suas **razões recursais**, o recorrente argumenta que a sentença deve ser reformada, para que, com base nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, as contas sejam julgadas aprovadas com ressalvas. Destaca a sua boa-fé na solicitação de abertura de conta corrente e afirma que o Banco do Brasil não a realizou.

Em juízo de retratação, após análise das razões recursais, a sentença foi mantida e determinada a remessa dos autos ao E. Tribunal Regional Eleitoral (ID 17681422).

Em contrarrazões, o Ministério Público Eleitoral pugnou pelo não provimento do recurso (ID 17681672).

A Douta **Procuradoria Regional Eleitoral** se manifestou pelo não provimento do recurso, destacando a impossibilidade de aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade diante da prática de irregularidade grave (ID 18086055).

É o relatório.

5. RECURSO ELEITORAL n° 0600407-39.2020.6.11.0034

PROCEDENCIA: Chapada dos Guimarães - MATO GROSSO

OBJETO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - CARGO - VEREADOR - ELEIÇÕES

MUNICIPAIS DE 2020

RECORRENTE: IONE CRISTINA PAIVA

ADVOGADO: JAQUERSON PIRES ALMEIDA - OAB/MT0028115

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

PARECER: pelo não provimento do recurso

RELATOR: Dr. Bruno D'Oliveira Marques

1° Vogal - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho

2° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

3° Vogal - Doutora Clara da Mota Santos Pimenta Alves

4° Vogal - Doutor Armando Biancardini Candia

5° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

6. RECURSO ELEITORAL n° 0600621-30.2020.6.11.0034

PROCEDENCIA: Chapada dos Guimarães - MATO GROSSO

OBJETO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS - DE PARTIDO POLÍTICO -

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

RECORRENTE: COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO REDE SUSTENTABILIDADE ADVOGADA: PRISCILA BOTELHO MARQUES CREPALDI - OAB/MT0020991

RECORRENTE: DOMINGOS PIRES NETO

ADVOGADA: PRISCILA BOTELHO MARQUES CREPALDI - OAB/MT0020991

RECORRENTE: MAURO KOSIS

ADVOGADA: PRISCILA BOTELHO MARQUES CREPALDI - OAB/MT0020991

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

PARECER: opina pelo julgamento das contas como não prestadas, com a consequente manutenção da

situação de inadimplência e dos efeitos jurídicos dela correlatos

RELATOR: Dr. Bruno D'Oliveira Marques

1° Vogal - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho

2° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

3° Vogal - Doutora Clara da Mota Santos Pimenta Alves

4° Vogal - Doutor Armando Biancardini Candia

5° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

7. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA nº 0601360-76.2018.6.11.0000

PROCEDENCIA: Cuiabá - MATO GROSSO

OBJETO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AGRAVO INTERNO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA -

PRESTAÇÃO DE CONTAS - ELEIÇÕES 2018

EMBARGANTE: UNIÃO FEDERAL

EMBARGADO: GREGORIO WARINATSE ABHOODI

ADVOGADO: PAULOSALEM PEREIRA GONCALVES - OAB/MT182220

PARECER: sem manifestação

RELATOR: Dr. Jackson Francisco Coleta Coutinho

1° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

2° Vogal - Doutora Clara da Mota Santos Pimenta Alves

3° Vogal - Doutor Armando Biancardini Candia

4° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

5° Vogal - Doutor Bruno D'Oliveira Marques

RELATÓRIO

Cuida-se de **embargos de declaração** (ID 16471572) interposto pela UNIÃO **em Cumprimento de sentença**, contra o Acórdão n. 28759, que por UNANIMIDADE, negou provimento ao recurso de **Agravo Interno**, o qual restou assim ementado (ID16281472):

AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS. ELEIÇÕES 2018. CANDIDATO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. AGU. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. JURISPRUDÊNCIA DO TSE. ARTIGO 4° DA RESOLUÇÃO DO TSE N° 23.478/2016. DÍVIDA ATIVA. INEXISTÊNCIA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA. RECURSO DESPROVIDO.

- 1. A regra do art. 373 do Código Eleitoral não deixa dúvida ao dispor que "são isentos de sêlo os requerimentos e todos os papéis destinados a fins eleitorais e é gratuito o reconhecimento de firma pelos tabeliães, para os mesmos fins".
- 2. Não é de agora que o **TSE, com fundamento no art. 373 do CE, firmou o entendimento de que, nos efeitos de natureza eleitoral, são gratuitos** os atos necessários ao exercício da cidadania. (AgRgREspe 23.027/PR, Rel. Min. LUIZ CARLOS MADEIRA, publicado em 13.10.2004).
- 3. Se alguma dúvida houvesse, o TSE a tirou completamente ao editar a Resolução TSE n° 23.478/2016, que dispõe sobre as diretrizes gerais para a aplicação do Novo Código de Processo Civil, e estabelece no seu art. 4° que "os feitos eleitorais são gratuitos, não incidindo custas, preparo ou honorários".
- 4. Recurso desprovido. Decisão mantida.

Aduz a embargante, em síntese, a existência de omissão na decisão:

"No entanto, depreende-se da fundamentação do voto condutor que não houve enfrentamento dos argumentos deduzidos pela União capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.

Não fora, pois, enfrentada a argumentação sobre a sinalização de que o Tribunal Superior Eleitoral atualmente apresenta inúmeras decisões garantindo a aplicação subsidiária do § 1º do art. 523 do CPC na ausência de cumprimento espontâneo da obrigação de pagar, e assegurando a respectiva cobrança dos honorários advocatícios, a revelar o cabimento do presente aclaratório (dos artigos 489, §1º, IV, e 1.022, II, do CPC c/c o art. 275 do Código Eleitoral).

Portanto, os presentes embargos de declaração objetivam sanar omissão a seguir detalhada, nos termos do art. 1.022, I e II, do CPC, bem como perfazer o prequestionamento explícito dos dispositivos legais invocados visto que a agremiação ao ser intimada para pagar a dívida, fora advertida de que o seu não

cumprimento ensejaria sua condenação em honorários, e, ao extinguir a ação não condenou à União ao pagamento de honorários sucumbenciais.".

Requer ao final a procedência dos presentes embargos para "que seja suprida a omissão, e, por conseguinte, passe a constar em pronunciamento explícito a aplicabilidade in totum do art. 523 e seu parágrafo primeiro.". É o relatório.

8. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL N 0600330-35.2020.6.11.0000

PROCEDENCIA: Cuiabá - MATO GROSSO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - PARTIDO POLÍTICO - ÓRGÃO ESTADUAL - DE EXERCÍCIO

FINANCEIRO - ANO 2019

REQUERENTE: PR - PARTIDO DA REPÚBLICA - COMISSÃO PROVISÓRIA ESTADUAL DE MATO GROSSO

(ATUAL PARTIDO LIBERAL-PL)

ADVOGADO: NATHALIA NASCIMENTO PAREDES PISTORELLO - OAB/MT0019153

REQUERENTE: WELLINGTON ANTONIO FAGUNDES

ADVOGADO: NATHALIA NASCIMENTO PAREDES PISTORELLO - OAB/MT0019153

REQUERENTE: ANANIAS MARTINS DE SOUZA FILHO

ADVOGADO: NATHALIA NASCIMENTO PAREDES PISTORELLO - OAB/MT0019153

INTERESSADO: JEAN CARLOS LOPES LINO

INTERESSADO: VICENTE JUNIOR MAGALHAES

ADVOGADO: NATHALIA NASCIMENTO PAREDES PISTORELLO - OAB/MT0019153

PARECER: pela aprovação com ressalvas da Prestação de Contas apresentada. Outrossim, pondera-se

pelo encerramento das contas correntes inativas mantidas pela agremiação conforme relatado

no parecer conclusivo.

RELATOR: Dr. Bruno D'Oliveira Marques

1° Vogal - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho

2° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

3° Vogal - Doutora Clara da Mota Santos Pimenta Alves

4° Vogal - Doutor Armando Biancardini Candia

5° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

9. RECURSO CRIMINAL N 0000018-43.2018.6.11.0012

Participação do Presidente: Art. 19, II c/c 65, § 3° do RI

PROCEDENCIA: Campo Verde - MATO GROSSO

OBJETO: RECURSO ELEITORAL – AÇÃO PENAL - ALISTAMENTO ELEITORAL - FRAUDE

RECORRENTE: ISABEL ROSA SILVA DA COSTA

ADVOGADO: RANIELE SOUZA MACIEL - OAB/MT0023424 ADVOGADO: RAFAEL SOUZA NUNES - OAB/MT0014676

RECORRIDO: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

PARECER: pelo afastamento da prejudicial suscitada. No mérito, pelo desprovimento do recurso

RELATOR: Dr. Armando Biancardini Candia

Prejudicial: coisa julgada material

1° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

2° Vogal - Doutor Bruno D'Oliveira Marques

3° Vogal - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho

4° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

5° Vogal - Doutora Clara da Mota Santos Pimenta Alves

6° Vogal - Desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha

Mérito

1° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

2° Vogal - Doutor Bruno D'Oliveira Marques

3° Vogal - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho

4° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

5° Vogal - Doutora Clara da Mota Santos Pimenta Alves

6° Vogal - Desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha

10. RECURSO ELEITORAL N 0600414-85.2020.6.11.0016

PROCEDENCIA: Vila Rica - MATO GROSSO

OBJETO: RECURSO ELEITORAL - REPRESENTAÇÃO - PROPAGANDA POLÍTICA - PROPAGANDA

ELEITORAL - - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

AGRAVANTE: ISLEY BORGES DA SILVA

ADVOGADO: JIVACO VIEIRA COIMBRA - OAB/GO0048816 ADVOGADO: JESSICA BATISTA DA SILVA - OAB/GO0049394

AGRAVADA: COLIGAÇÃO "VILA RICA NO RUMO CERTO"

ADVOGADO: SERGIO ROBERTO JUNQUEIRA ZOCCOLI FILHO - OAB/MT0018709

PARECER: pelo não conhecimento do recurso e, no mérito, pelo seu não provimento, aplicando-se, ao

recorrente, a sanção do artigo 80, inciso II, c/c o artigo 81, §2º, ambos do Código de Processo

Civil.

RELATOR: Dr. Armando Biancardini Candia

Preliminar (Agravada): ilegitimidade recursal

1° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

2° Vogal - Doutor Bruno D'Oliveira Marques

3° Vogal - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho

4° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

5° Vogal - Doutora Clara da Mota Santos Pimenta Alves

Mérito

1° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

2° Vogal - Doutor Bruno D'Oliveira Marques

3° Vogal - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho

4° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

5° Vogal - Doutora Clara da Mota Santos Pimenta Alves

JULGAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

11. PETIÇÃO CÍVEL nº 0600098-86.2021.6.11.0000 [SIGILOSO]

PROCEDÊNCIA: MATO GROSSO

ASSUNTO: SIGILOSO
REQUERENTE: SIGILOSO
INTERESSADOS: SIGILOSO

RELATOR: Desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha

1° Vogal - Desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho

2° Vogal - Doutor Bruno D'Oliveira Marques

3° Vogal - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho

4° Vogal - Doutor Gilberto Lopes Bussiki

5° Vogal - Doutora Clara da Mota Santos Pimenta Alves

6° Vogal - Doutor Armando Biancardini Candia